



POR UMA ÉTICA COLETIVA NEGRA: CURSOS PREPARATÓRIOS PARA PÓS- GRADUAÇÃO E A CRÍTICA A LÓGICA MERITOCRÁTICA

Renata Nascimento da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

O presente estudo tem por objeto os Cursos Preparatórios para Pós-graduação (CPP), realização de alunos cotistas dentro de universidades públicas federais brasileiras e outras instituições de ensino. Os dados deste artigo fazem parte de pesquisa de doutorado em andamento acerca das ações coletivas idealizadas por estudantes negros para fomentar o acesso à pós-graduação em diversas cidades e estados do Brasil. Além disso, observa-se o predomínio de pessoas negras como principal foco dos cursos. Este cenário reflete que cursos preparatórios surgem como política social que visa manter as ações afirmativas dentro da pós-graduação. Assim, tal ação coletiva, contrasta com a lógica do mérito, a partir do momento em que estimula o compartilhamento de informações, o acolhimento das diferenças educacionais e auxilia na preparação de minorias políticas que desejam ingressar na pós-graduação. As informações apresentadas resultam de levantamento em rede sociais e sites institucionais, formulário on-line e entrevistas aprofundadas.

Palavras-chave: pós-graduação; meritocracia; curso preparatório; racialidade; ações afirmativas.

TOWARDS A COLLECTIVE BLACK ETHIC: POSTGRADUATE PREPARATION COURSES AND THE CRITIQUE OF MERITOCRATIC LOGIC

Renata Nascimento da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Abstract

The present study is concerned with Preparatory Courses for Postgraduation (CPP), held by affirmative action students within Brazilian federal public universities and other educational institutions. The data in this article are part of an ongoing doctoral research about the collective actions devised by black students to foster access to postgraduate studies in several cities and states in Brazil. In addition, we observe the predominance of black people as the main focus of the courses. This scenario reflects that preparatory courses emerge as a social policy that aims to maintain affirmative action within post-graduation courses. Thus, such collective action contrasts with the logic of merit, since it encourages the sharing of information, the welcoming of educational differences and assists in the preparation of political minorities who wish to enter postgraduate studies. The results presented stem from a survey in social networks and institutional websites, online form and in-depth interviews.

Keywords: *graduate school; meritocracy; preparatory course; raciality; affirmative action.*

Introdução

Desde a aprovação da Portaria Normativa n.º 13, de 11 de maio 2016, que promove a adoção de ações afirmativas na pós-graduação das universidades públicas brasileiras, vem surgindo cursos preparatórios para pós-graduação (CPP), cujo objetivo é preparar estudantes cotistas²² negros²³ (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, transgêneros, dentre outros, para o processo seletivo de Mestrado e Doutorado dessas instituições.

No entanto, essa modalidade educacional existe antes da portaria normativa n.º 13/2016, como apontado por matérias jornalísticas de O Globo, respectivamente, de 2010²⁴ e de 2012²⁵. A primeira aborda a acirrada disputa para ingressar na pós-graduação que leva candidatos a procurarem cursos preparatórios pagos para este fim. Já a segunda divulga o projeto Novos Saberes, do Observatório de Favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré, no Rio de Janeiro, que tem o objetivo principal de ampliar a diversidade dos perfis socioeconômicos e raciais de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* em universidades brasileiras. Ações como essas vêm crescendo a partir de 2016, conforme apontado por Renata Nascimento e Zilda Martins (2021).

Para Anna Venturini (2019), a política de cotas na pós-graduação impacta os beneficiários, pois reduz o estereótipo negativo que marca esses corpos, quase sempre não lidos como sujeitos do

conhecimento, mas como “objetos de pesquisa”. Acrescenta-se a isto, o aumento da diversidade nos espaços educacionais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que comprovam maior presença de negros nas universidades²⁶; embora este crescimento de 38,15% seja pequeno, se comparado ao número de pretos e pardos no Brasil²⁷, respectivamente, 9,4% e 46,8%.

As ações afirmativas na educação que englobam a área de análise deste artigo acarretaram mudanças significativas nas instituições de ensino: trouxeram reflexões sobre o currículo, processo seletivo, assim como maior presença de discentes negros, indígenas e trans. Em paralelo, evidenciou-se o racismo mascarado na meritocracia e os privilégios raciais e sociais de grupos brancos na preservação do mérito. Ressalta-se que o Movimento Negro brasileiro sempre reivindicou e lutou em favor da presença da população negra nos espaços educacionais, conforme Nilma Santos (2019).

Observa-se assim que a reivindicação da população negra por uma educação digna e igualitária vem de longa data. As ações afirmativas significam uma grande conquista, mas muito ainda precisa acontecer; a começar, um currículo que contemple as experiências do povo negro e dos povos originários. Esses vêm sendo articulados por alunos cotistas que, articulados em coletivos estudantis, resgatam e preservam a história dos movimentos negros nas universidades.

Para os pesquisadores Antonio Guimarães, Flávia Rios e Edilza Sotero (2020), a abertura das universidades aos estudantes negros, decorrente das políticas de cotas, permitiu que estes alunos se agrupassem com objetivo de recepcionar os novos membros, e até monitorar as ações afirmativas, peticionando a contratação de mais professores negros e criando os cursos preparatórios

22 A classificação de cotista segue a Lei n.º 12.711 que coloca como beneficiário do mecanismo os pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Algumas modalidades de preparatórios acrescentam à lista, os indivíduos do grupo LGBTQIAPN+.

23 No Brasil, segundo o IBGE, considera-se negro quem se auto-declara preto ou pardo. A população negra representa o somatório dos dois grupos.

24 Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/com-procura-em-ascensao-selecao-para-mestrados-em-comunicacao-vira-disputa-acirrada-com-3010259> Acesso 03 de agosto de 2022.

25 Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/curso-na-mare-facilita-caminho-da-favela-para-pos-graduacao-4771076> Acesso 03 de agosto de 2022.

26 Dados disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual> Acesso em 22 de junho de 2022.

27 Informação disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso 22 de junho de 2022.

como forma de auxiliar os interessados a ingressar na pós-graduação. Assim sendo, os cursos preparatórios para pós-graduação são iniciativas acadêmicas que visam à inclusão de alunos negros, indígenas e/ou pessoas trans nos cursos de mestrado e doutorado, por meio da partilha de saberes, da diversidade acadêmica e de afeto.

Panorama dos cursos preparatórios para pós-graduação

Em mapeamento realizado por pesquisa em sites institucionais de universidades e na rede social Facebook, entre os anos de 2018 a 2021, observamos um total de 131 cursos preparatórios para pós-graduação que, focados nas mais diversas áreas do saber, desde Saúde Coletiva até Ciências Humanas, se espalham pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do território brasileiro.

Figura 1. Mapa dos CPP



Fonte: elaboração própria, 2022

Os dados levantados apontam o estado do Rio de Janeiro (RJ) com a maior presença de preparatórios (45,04%), seguido pelo Paraná (PR) (26,72%) e de São Paulo (SP) (6,87%). Os indicadores resultam

de pesquisa realizada na rede social Facebook em contas virtuais de coletivos negros universitários, como o Coletivo Beatriz Nascimento de Estudantes Negros(as) e Indígenas, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ que, desde 2018, organiza um preparatório dentro da instituição. Além de sites institucionais de universidades que fazem chamada para os preparatórios, tais como o PPG em Antropologia Social, do Museu Nacional da UFRJ²⁸, o PPG em Psicologia da UFMG²⁹ e o portal da Divisão de Desenvolvimento da Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ³⁰.

Em relação a metodologia de busca na rede social, foi utilizado o espaço de buscas na linha do tempo da pesquisadora para coleta de chamadas e publicações que convocassem interessados a participar dos CPP. Ressalta-se que esses procedimentos levam em consideração o algoritmo de geolocalização do Facebook, visto que este pode influenciar o mapeamento dos cursos dentre as diversas regiões do território brasileiro.

É importante destacar que a opção por esta rede se justifica pelo fato de ser a terceira maior em atividade no ano de 2022, agregando 1,929 bilhões de usuários ativos diários³¹. Dito isto, observamos que os cursos estão presentes em múltiplas cidades e estados confere diversidade à organização enquanto conjunto de mobilizações. No geral, constatamos seis formas de mobilização que originam os cursos preparatórios: (1) Coletivo Estudantil Negro; (2) Institucional Público em parceria com Movimento Social; (3) Institucional Público; (4) Associação de Alunos; (5) Institucional Privado; (6) Movimento Social.

28 Informação disponível em: <https://www.facebook.com/colativonegropgcomufrj/> Acesso 03 de agosto de 2022.

29 Informação disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/programa-de-tutoria-discente/> Acesso 03 de agosto de 2022.

30 Informação disponível em: <https://desenvolvimento.pr4.ufrj.br/index.php/inscricoes-abertas/480-pesquisa-cientifica> Acesso 03 de agosto de 2022.

31 Informação disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/02/03/internet-e-redes-sociais/facebook-perde-usuarios-ativos-pela-primeira-vez-em-sua-historia/> Acesso em: 29 de junho de 2022.

Tabela 1. Modalidades de CPPG

Organizador	Contagem de Organizador
Coletivo Estudantil Negro	35,11%
Institucional Público em parceria com Movimento Social	22,90%
Institucional Público	19,08%
Associação de Alunos	16,03%
Institucional Privado	6,11%
Movimento Social	0,76%
Total Geral	100,00%

Fonte: elaboração própria, 2022

Tendo esta classificação seguido os seguintes critérios e definições: a) *Coletivos Estudantis Negros*, pois se autodenominam coletivos, e se nomeiam “militantes” em sua identificação. Pregam a horizontalidade na tomada de decisões, não possuem hierarquia na forma de organização. Suas aulas são dadas por alunos da Instituição. b) *Institucional Público* em parceria com Movimento Social, caso em que a instituição convida algum movimento social para organizar ou dar aulas dentro da instituição; c) *Institucional Público*, criado e gerenciado pela própria Instituição, tendo alguns professores como participantes através de aulas; d) *Associação de Alunos*, organização temporária constituída por alunos ou ex-alunos da Instituição e cuja finalidade se restringe ao Curso Preparatório. e) *Institucional Privado*, que envolve a mobilização de empresas privadas e de pessoas físicas, podendo ser sem fins lucrativos, com objetivo de garantir a educação para qualquer indivíduo; f) *Movimento Social*, pois representa a ação de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa e promoção de certos objetivos ou interesses.

Saber identificar estes organizadores é importante para entender o público-alvo a que se destinam os preparatórios. Normalmente, os cursos criados por coletivos estudantis atendem somente a cotistas³², ao contrário dos de iniciativa privada

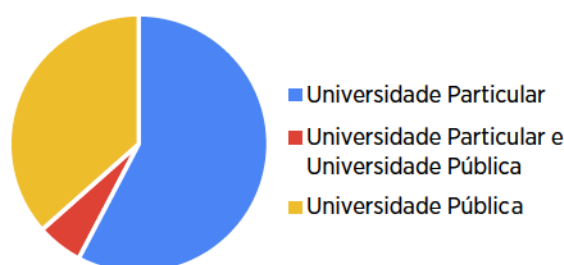
³² São considerados cotistas pelos coletivos estudantis, os estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, pessoas que se autodeclararem da cor preta, parda ou indígena e pessoas trans.

que são generalistas³³. Os pautados por instituição pública tanto podem atender a cotistas como a técnicos-administrativos e outros funcionários da instituição ou a quaisquer pessoas que desejem ingressar na pós-graduação.

O mestrado e o doutorado no Brasil gozam de prestígio na sociedade, tendo em vista questões de seletividade e a possibilidade de mobilidade social. Tudo começa nas famílias mais abastadas que investem na educação formal a fim preparar os seus para ocupar assentos nas universidades públicas do país. É assim que o espaço universitário público historicamente acaba por girar em torno de estudantes brancos oriundos de escolas particulares, impossibilitando que famílias com menor poder aquisitivo consigam a colocação de seus filhos nestes espaços. É assim também que os cursos preparatórios funcionam como um complemento educacional aos estudantes negros ou indígenas que desejam obter esses diplomas.

No entanto, um dado chama atenção, em sua origem, a maioria dos participantes dos preparatórios vem de instituições particulares. Conforme gráfico abaixo, construído segundo dados capturados via formulário do Google Forms³⁴ de alunos de dois cursos preparatórios para área de Comunicação Social.

Origem da graduação



Fonte: elaboração própria, 2022

³³ Esse termo se refere aos cursos preparatórios que não determinam uma área do saber, ou seja: preparam alunos tanto para direito, como comunicação ou psicologia.

³⁴ O formulário foi enviado entre junho, julho e agosto de 2020 para os inscritos em ações de preparatórios para pós-graduação de todo o Brasil, por meio de redes sociais, tais como facebook e twitter. O material contou com 91 respostas. A questão, ilustrada por meio do gráfico, permitia que os respondentes escolhessem mais de uma opção para marcar.

Isso reflete nas dúvidas sobre o processo seletivo, o que foi aferido por meio de entrevistas em profundidade realizadas entre voluntários e candidatos dos cursos preparatórios para pós-graduação, entre os anos de 2020 e 2021. Segundo a entrevistada M-10, formada numa instituição privada bem reconhecida, porém voltada para o mercado, existe uma diferença entre alunos que passam por iniciação científica (mais comum na graduação pública) e os que possuem formação em instituições privadas:

A universidade particular está querendo formar aluno para o mercado né? A universidade pública também, mas ela tem um cuidado com a pesquisa, é importante você ter essa carga de conhecimento de pesquisa, tanto é que o lema da universidade é pesquisa, ensino e extensão (...) no curso de iniciação científica, eles aprendem a escrever artigos, aprendem a apresentar artigos em congressos, eles estão ali para isso, o que é uma escola maravilhosa, que na universidade particular não tem (...) (ENTREVISTADA M-10, 26/05/2021)

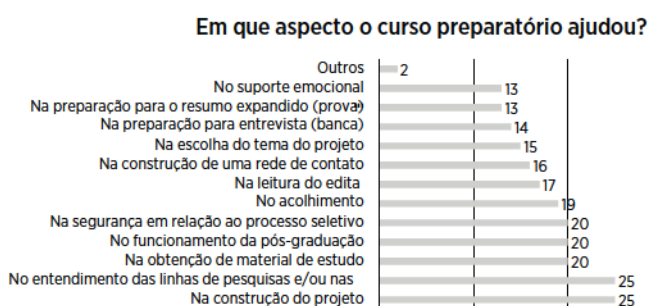
Outra entrevistada que fez graduação em universidade particular também comenta a importância do curso no preparo para seleção, pois desconhecia o processo seletivo para pós-graduação.

Fiz minha graduação toda e não sabia nada sobre o processo seletivo de mestrado, o curso [...] foi importantíssimo para eu dar os primeiros passos, me auxiliando na leitura do edital, escrita das primeiras linhas do projeto e também ajudou a entender qual melhor linha de pesquisa, o que era realmente relevante e importante no meu projeto. (ENTREVISTADA O-13, 11/07/2021)

Os itens de preparação apontados pela entrevistada O-13 fazem parte da etapa de seleção divulgada nos editais: prova escrita baseada em bibliografia acadêmica; análise de projeto e currículo; entrevista com a banca de avaliação; prova de uma língua estrangeira. Independentemente de ter vindo de universidades privadas ou não, os participantes dos preparatórios usufruem de diferentes formas de capacitação nessas áreas. No

quadro a seguir, observa-se a recorrência destas situações:

Figura 2. Quadro de resposta sobre aspectos do CPP



Fonte: elaboração própria, 2022

Como em qualquer área de estudo, o processo seletivo dos PPG em Comunicação envolve regras e fases geradoras de dúvidas nos candidatos. Questionamentos comuns, do tipo “como estudar para prova”; “como escrever o projeto”; “entrar ou não em contato com o possível orientador”; “como preencher meu lattes”, preocupam e promovem insegurança e inibição entre os novos pleiteantes. A partir de experiências adquiridas na própria instituição, essas dúvidas são desvendadas, de forma voluntária, por mestrandos ou doutorandos. Neste contexto, as experiências pregressas tornam-se cruciais, configurando um aprendizado acumulado de saber e de sensibilidade ao campo de forças políticas que atravessam o sujeito e a instituição. Ou seja: articula-se, ao processo de aprendizado, a experiência pessoal e coletiva dos estudantes e sua mobilização em torno das ações políticas afirmativas. É justamente este entrelaçamento que protege e alivia a insegurança própria do processo seletivo; o medo de se estar ocupando um lugar historicamente “branco”; a dúvida recorrente sobre o uso ou não uso da política de cotas, pois ainda paira em alguns estudantes cotistas o receio de serem vistos como “não aptos”, aquele que passou “só por causa das cotas”.

Tais condutas denunciam o funcionamento subjetivo do mérito que se reproduz no questionamento da própria capacidade pelo uso de ações afirmativas, no receio de se expressar no ambiente universitário, na impossibilidade de

autodeterminação proveniente do desconhecimento da estrutura acadêmica. De resto, pode-se dizer que o mérito traz à tona entre os subalternizados um sentimento de estar em dívida. Ao menor indício de dúvida quanto à sua capacidade, o estudante logo questiona se aquele lugar, por direito, pode ser seu.

A lógica do mérito

Para a compreensão da lógica do mérito neste trabalho, optamos pelos filósofos Sueli Carneiro (2005), Michael Sandel (2020) e Daniel Markovits (2021) por abordar a questão do mérito dentro da educação, a primeira, sob o viés racial, e os demais pela via socioeconômica. Sueli Carneiro (2011) traça uma relação entre racismo e mérito, entendendo a meritocracia como forma intencional de exclusão dos racializados à educação superior, meio de privilégio dos brancos e de ocultação das desigualdades raciais e sociais. Já Sandel (2020) discute o processo ilusório da meritocracia quando a decisão do indivíduo, saindo do campo divino, passa a ser entendida como esforço próprio. Markovits (2021) reflete a importância do lastro familiar no processo de ascensão social, desde a possibilidade de investir numa boa educação até a formação de networking, e isto torna-se uma vantagem que tende a se perpetuar entre os descendentes desse grupo social.

Um aspecto que contempla a visão dos autores é o entendimento de que a meritocracia faz uso de algumas pessoas a fim de criar determinado modelo de sucesso que se lhes torne um padrão a ser seguido (Markovits 2021 e Sandel 2020). Essa percepção entrelaçada à dimensão racial cria lógicas de comparação e dissenso entre os sujeitos, dividindo a população negra entre os que defendem as ações afirmativas e os que são contra porque acreditam que a política desvaloriza sua capacidade intelectual (Renata Nascimento Silva, 2018).

A tensão entre a política de cotas e a meritocrática reflete o processo racial brasileiro em que a ascensão social se torna um meio de se livrar das concepções que definem econômica, política e socialmente a população negra como inferior e

submissa (Neusa Souza, 2021). Tal percepção é reforçada em parte pelo discurso midiático que coloca pessoas negras bem-sucedidas como modelos positivos de meritocracia, excluindo e marginalizando quem não segue o padrão, além de desqualificar o uso de cotas perante a opinião pública.

A pesquisa de Zilda Martins (2018) aponta o quanto a mídia impressa, durante a implementação da política de cotas nas universidades públicas, fez uso do argumento do mérito e até do aumento do racismo na tentativa de construir narrativas negativas sobre as cotas. Algumas universidades públicas também se utilizaram dessas alegações ao não implementarem a modalidade em seus cursos. Anna Venturini (2019) e Danielle Pereira de Araújo (2019) mostram em seus trabalhos como certos espaços acadêmicos criam uma falsa assimetria entre mérito e cotas, tendo por apoio enunciados científicos, leis, medidas administrativas, organizações públicas e discursos que contestam a modalidade pública.

Segundo Venturini (2019):

(...) a preocupação com a manutenção do mérito acadêmico foi mencionada em todas as entrevistas com membros de coordenações ou reitorias. Mesmo dentre os entrevistados favoráveis a tais medidas e cujos programas já as instituíram, vários ressaltaram que a previsão de notas de corte e etapas diferenciadas para determinados grupos representariam uma violação do mérito (...). Essa hipótese também é corroborada por estudos de psicologia social que apontam que as pessoas com maior nível de estudo endossam mais fortemente a ideia de meritocracia e apresentam posições desfavoráveis às ações afirmativas. (Venturini, 2019, p. 251)

A passagem acima evidencia uma posição contrária às ações afirmativas em virtude do mérito acadêmico que, para esse grupo, significa a capacidade da universidade de produzir ciência e tecnologia de relevância social e econômica. Dessa relação provém o funcionamento de uma lógica racial em que o domínio da racionalidade e a capacidade intelectual não são consideradas características da população negra. Tal processo é encoberto pela

narrativa meritocrática que mascara a desigualdade racial, econômica e política possibilitando, ao mesmo tempo, a ascensão social da classe média branca e a exclusão da população negra sob o pretexto do mérito acadêmico. Essa narrativa é controlada pela comunidade branca, pois esse grupo social detém as posições de poder que gerenciam esses recursos. Isto possibilita o acúmulo de oportunidades entre eles e impede que grupos minoritários adentrem determinados espaços.

Para que a lógica do mérito funcione, ela precisa ser defendida tanto pelos indivíduos que ditam seus critérios como pelos futuros candidatos à pós-graduação dos mais diversos espectros sociais. Isto ocorre a partir do momento em que ambos passam a acreditar que os valores como merecimento, esforço, dedicação, sucesso e prestígio social são reconhecidos através da meritocracia. Até a própria resolução da desigualdade e a justiça social passariam por ela. É a partir dessa articulação que a utilização das cotas acaba sendo confrontada na sociedade. A entrevistada C4 relata o quanto uma cotista precisou desconstruir o significado das cotas para se adequar a esta condição:

(...) se o processo de cotas não tivesse sido aprimorado, eu não teria entrado agora no doutorado porque estava num processo muito louco (...), eu estava com estafa e finalizando a dissertação. (...) como eu falei, na graduação não tinha cota na minha época (...). No doutorado, eu fui a última da lista dos cotistas (...), no início me deu essa coisa de pensar, sei lá, alguém pode jogar isso na minha cara em algum momento em alguma discussão, enfim, a gente pensa, né (...), mas depois consegui desconstruir isso tudo (...), eu não tenho problema nenhum com cotas (...). (ENTREVISTADA C4, 27/11/2020)

Dentro da lógica do mérito, os discursos traçam e promovem jogos de valorização e desvalorização, os quais envolvem o corpo negro numa rede de questionamentos. Daí, aparecem o medo e a insegurança mencionados acima. Mesmo candidatos e voluntários versados sobre a composição racial da educação, sobretudo das avaliações, não

se privam de questionar seu desempenho acadêmico como se fosse apenas uma questão de capacidade individual. Nas palavras da entrevistada:

(...) na graduação, eu passei em quarto lugar (...). Aí, no mestrado, no final, depois que teve as reclassificações, eu fiquei em 13º (...) quando foi agora eu fiquei em último, também acho que tem um pouco da vaidade, (...), sempre fui estudiosa, sempre fui boa aluna (...).

(ENTREVISTADA C4, 27/11/2020)

A reflexão da entrevistada C4 aponta como a lógica do mérito promove uma internalização dessa desvalorização intelectual e, por conseguinte, das próprias ações afirmativas. Por meio da lógica do mérito, constrói-se um conjunto de valores normativos que guiam o sujeito a partir do momento que surge o interesse/desejo pela pós-graduação.

Diante desta perspectiva, compreende-se o mérito como um sistema cuja função principal é manter o status quo da branquitude. Há uma finalidade de dominação em favor da branquitude em seus privilégios, mediados pela raça, pela classe e pelo gênero, de modo não verbalizado ou explícito. Assim, percebe-se que a lógica do mérito se organiza a partir de um conjunto de elementos – discursos midiáticos, lideranças políticas, instituições, e na fala de especialistas – que instrui a sua presença como justiça social e moral, ao mesmo tempo em que normatiza a estrutura da branquitude na sociedade.

Considerações Finais

O artigo, por meio de apresentação de dados quantitativos e qualitativos, evidenciou a relevância dos cursos preparatórios para pós-graduação criados por associações estudantis como ação coletiva negra que busca subverter os valores individuais e competitivos da trajetória universitária. Nota-se, por meio de entrevistas, o interesse dos voluntários e candidatos em construir um espaço educacional de apoio a questão racial com troca de experiências e fortalecimento de organizações políticas. A questão do coletivo é primordial para

os preparatórios, pois a lógica meritocrática invisibiliza as dificuldades sociais, raciais, culturais e financeiras dos estudantes. Esse viés subjetivo impacta pessoas negras durante a trajetória para acessar a pós-graduação, um espaço ainda visto como predominantemente branco. Por meio dos cursos também se observa a defesa da manutenção e expansão das ações afirmativas dentro da pós-graduação tanto para os atuais alunos e candidatos que ainda pretendem ingressar como para gestores e educadores que acreditam que a medida deveria ficar restrita a graduação.

Essa mobilização é importante porque visa desconstruir a relação negativa, que persiste na opinião pública, entre mérito acadêmico e ações afirmativas, no qual o uso das cotas apontaria uma fragilidade intelectual. Tal proposição se baseia justamente na percepção de que a trajetória acadêmica é entendida como algo individual que resulta do esforço e merecimento de cada um. Logo, a dimensão de cooperação torna-se imprescindível dentro deste contexto em que a educação universitária se converte em um dos únicos caminhos para ascensão social. Assim, os cursos preparatórios para pós-graduação apontam a necessidade de reinventar as diretrizes acadêmicas para que a coletividade, solidariedade e o contexto social sejam considerados no processo de aprendizado e no ingresso para pós-graduação.

O mérito no espaço acadêmico está para além do papel regulatório de acesso à universidade e/ou controle dos padrões científicos, ele atua na manutenção dos privilégios dos grupos brancos nos cursos de mestrado e doutorado por meio de modelos de avaliação eurocêntricos, com diretrizes excludentes que validam/classificam saberes. Conclui-se, então, que a coletividade negra dentro dos cursos preparatórios para pós-graduação possibilita uma ética coletiva que desconstrói essa visão eurocêntrica do saber que, articulada a lógica do mérito, produz um efeito de exclusão desses sujeitos na pós-graduação.

Referências bibliográficas

- Carneiro, S. A. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- de Araújo, D. P. (2019). "Inclusão com mérito" e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. *Revista Direito e Práxis*, pp. 2182-2213 <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43879>
- Guimarães, A, Rios, Flavia, Sotero, E. (2020) Coletivos Negros e novas identidades raciais. (Dossiê Raça, Desigualdade e Políticas de Inclusão, pp. 309-327 <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>
- Markovits, D. (2021). A Cilada da Meritocracia. Intrínseca.
- Martins, Z. (2018). Cotas raciais e o discurso da mídia: um estudo sobre a construção do dissenso. Appris Editora.
- Sandel, M. (2020). A Tirania do Mérito. Editora Civilização Brasileira.
- Santos, N. (2019). O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação
- Venturini, A. C. (2019) Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. (Tese Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Portaria Normativa n.º13, de 11 de maio de 2016. (2016). Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 03 agosto, 2022, de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473
- Lei n.º 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 03 agosto, 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Silva, R. N. da, & Barbosa, Z. M. (2022). Comunidade de aprendizado na pós-graduação: cursos preparatórios em uma dialogia que nasce da solidariedade. *Comunicação & Educação*, pp. 149-164. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v26i2p149-164>
- Souza, N. (2021). Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro

Renata Nascimento da Silva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho 2022.